



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM

COMARCA	BELÉM
UNIDADE INSPECIONADA	6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM
COMPETÊNCIA DA UNIDADE	CIVEL, COMÉRCIO E REGISTRO PÚBLICO
DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL	16.05.2023 – Edital nº 006/2023, DJ 24.04.2023
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE	Augusto César da Luz Cavalcante, Juiz Titular da unidade.
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ	Lorena Ramos do Vale, Analista Judiciário CGJ.

1. INFORMAÇÕES GERAIS DO GABINETE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

Juiz Titular AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE, desde 13/05/2021 – Portaria nº 1498/2021 – GP (DJE 27/04/2021)

1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 3 (três) meses:

- Férias: 10 a 24 de abril
- Folgas compensatórias: 23 e 24.02.2023 (Folga Plantão) e 26.02.2023 (Folga Plantão) – informações do cadastro de magistrado – ANEXO I – Afastamentos do magistrado no período
- Licenças: 00

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?

31/10, 01 a 03/11 de 2022

Observações da Corregedoria:

A unidade não está sujeita a nenhuma UPJ, a secretaria é constituída por um Cartório Privado – Cartório Sampaio.

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Não foram encontradas pendências de respostas com relação a outros expedientes.

A Secretaria Geral da CGJ apontou:

6ª Vara Cível e Empresarial de Belém", foram localizados dois expedientes disciplinares em tramitação nesta Corregedoria, a saber:
PP nº 0003480-26.2022.2.00.0814 para acompanhar o cumprimento das



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

determinações elaboradas na inspeção do CNJ (conclusos em 04/05/2023 com manifestação do Juízo) e
REP nº 0003657-88.2023.2.00.0814 (conclusos em 27/04/2023 com manifestação do Juízo)".

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

02/05/2023.

ANEXO II – PLANO DE AÇÃO

1.6. A(o) magistrada(o) observa a Resolução nº 6 de abril de 2023 que determinou o retorno às atividades presenciais a todos os integrantes do Poder Judiciário do Estado do Pará? Caso encontre-se em trabalho remoto indicar o expediente que autorizou a modalidade.

SIM.

A Corregedoria realçou a obrigatoriedade da presença física do magistrado em sala de audiência no Fórum, ainda que partes e advogados realizem por videoconferência ou telepresencial.

1.7. A(o) magistrada(o) observa a Resolução nº 21, de 23 de novembro de 2022, que regulamenta o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial no âmbito do Poder Judiciário do Pará, com a alteração no texto do art. 4º determinada na Resolução 6. /2023?

SIM. Realizam audiências por videoconferência quando do pedido das partes.

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	3
Exclusivamente comissionados(as)	1
Cedidos(as)/Requisitados(as)	0
Estagiários(as)	1
Terceirizados(as)	0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Observações da Corregedoria:

Gabinete da 6ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém



SubÁrea Forum Cível
Lotação Gabinete da 6ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém
Gestor(a) Marinez Catarina Von Lohrmann Cruz Arraes
Localização FORUM CIVEL PROF. DR. DANIEL COELHO DE SOUZA
Telefones (91)3205-2327
E-mail Institucional

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Antonio Carlos dos Santos Neto	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Normal
Luiz Alberto Assuncao de Oliveira	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Luiza Claudia Holanda Alcantara	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Rita de Cassia Pacheco Pinheiro	Efetivo	Analista Judiciario	Normal

No gabinete da 6ª Vara existem 3 (três) servidores efetivos e 1 (um) exclusivamente comissionado no gabinete. A secretaria da 6ª Vara Cível e Empresarial de Belém é a única privada do TJPA e **não há regramento específico na tabela de lotação de pessoal para a situação. Não consta lotação de servidores no sistema IGP para a 6ª Vara Cível e Empresarial de Belém.**

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

NÃO.

2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Foi mencionado pela equipe que o controle é feito por meio do painel de gestão no relatório de produtividade por servidor.

Observação da Corregedoria:

Restou observado no plano de ação (ANEXO II) que há separação de tarefas/etapas entre os servidores da unidade, mas não há quantitativo para todos os servidores no referido plano. Também não ficou demonstrado o controle específico de metas e correspondentes tarefas executadas por cada servidor da unidade em determinados períodos – até pela prejudicialidade com relação a inexistência de quantitativos prévios para cada servidor. Restou observado ainda que os servidores estão trabalhando a partir de listagem de processos paralisados.

2.4. Como é feito o acompanhamento da produtividade do servidor a partir das metas fixadas e o plano de ação 2023?

Por meio do painel de gestão e o envio semanal de listagem de processos paralisados há mais de 100 dias divididos entre os servidores.

Diante dessa forma de acompanhamento ficou evidenciado que a unidade trabalha com processos paralisados há mais de 100 dias, exceto urgências identificadas, o que não caracteriza boa prática.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

NÃO

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

*Data de coleta de dados pela Unidade: 04 / 05 /2023.

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	6.165	6.161
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	156	156
Total do acervo com prioridade	505	502
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	1.375	1.297
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	1.705	1.906
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	486	574
Total de processo envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	21	20

4.2. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

SIM. O painel de gestão judiciária aponta um percentual de 30,98% paralisados.

Durante a inspeção os servidores do gabinete apontaram que existe uma quantidade considerável de processos no LIBRA não migrados para o sistema Pje, o que pode ser visualizado no Painel de Gestão (PP+100) com classes atinentes a registro ou procedimento comum, com assuntos variados, e que estão paralisados há uma quantidade de dias expressiva.

Há processos na listagem de PP+100 do gabinete que na verdade estão em secretaria, pelo que, por ocasião da inspeção, foi feita orientação quanto a abertura de chamado para cada um desses processos, de forma individual.

A unidade possui em seu acervo processos com última movimentação "Ativação automática".



4.3. É utilizada a ferramenta de acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100 (cem) dias sem movimentação?

NÃO. Mas a unidade informou ter ciência da ferramenta desde 04.05.23, ocasião em que servidores do DPGE apresentaram a ferramenta com a finalidade de controle de processos paralisados, pelo que **a unidade está orientada a fazer uso da mesma.**

4.4. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária **16.02.23 a 16.05.2023**

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	464
Total de processos julgados	386
Total de processos baixados definitivamente do acervo	295

4.5. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	738
Despachos	314
Sentenças com resolução de mérito	137
Sentenças sem resolução de mérito	160
Audiências realizadas	16

4.6. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?

Não

5. METAS NACIONAIS:

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade. Anexar.

MAGISTRADO e ASSESSORIA

ANEXO II – PLANO DE AÇÃO

Foi identificado e orientado por ocasião da inspeção que a unidade precisa de ação que lide com a Meta 2.

5.2. Foram assistidos os vídeos instrucionais que constam na página institucional do TJPA (gestão judiciária)?

SIM

5.3. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? (gestão judiciária)?

1.233 (PGJ na data da inspeção).

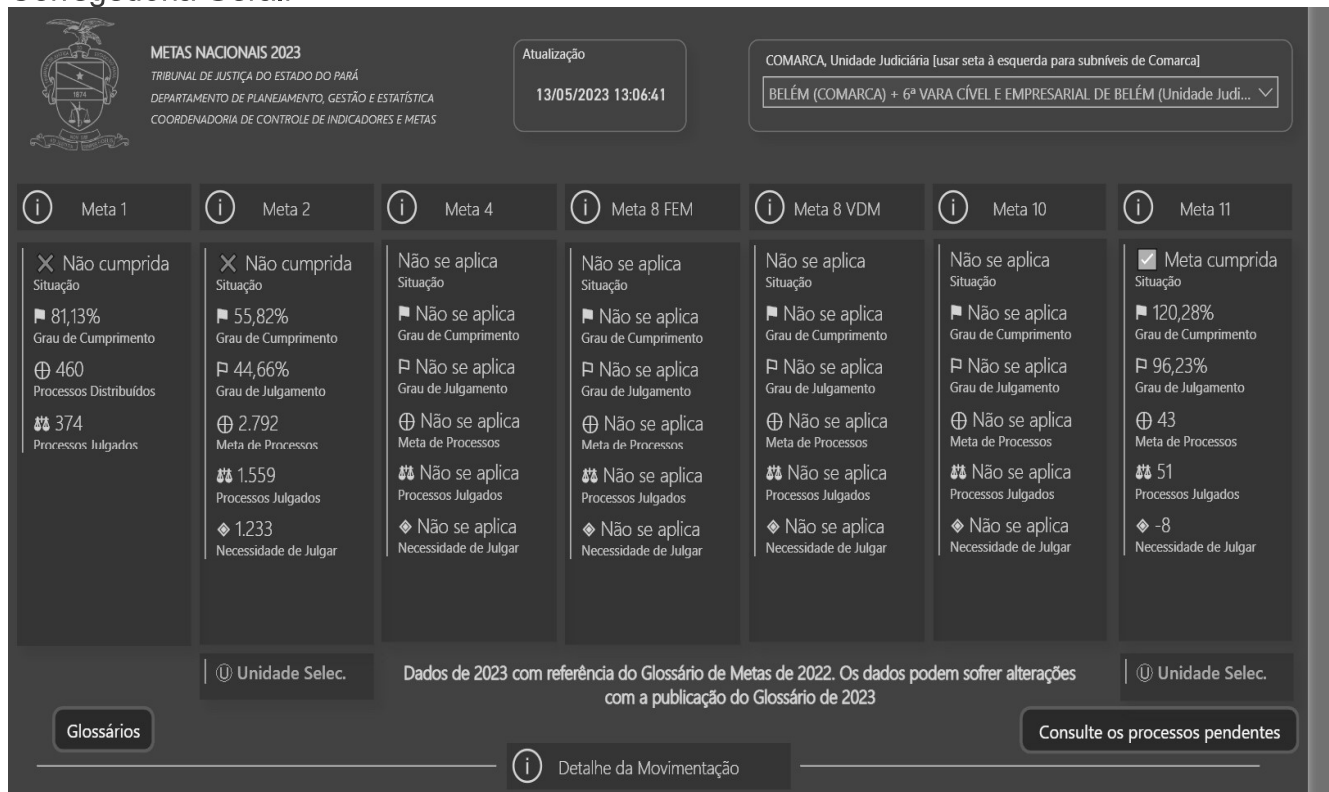
Há 1.794 processos de Meta 2 pendentes de julgamento, sendo que a unidade precisa julgar **1.233 (PGJ de 15.05.2023) para cumprimento da referida meta no ano de 2023.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Foi identificado e orientado pela Corregedoria, por ocasião da inspeção, que a unidade precisa de ação no respectivo plano que lide com a Meta 2.

Corregedoria Geral:



Fonte: Painel de Metas Nacionais TJPA

6. METAS E DIRETRIZES DA CNJ/2023:

6.1. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)

TEMA 1150 STJ (1);
TEMA 1016

6.2. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023)

Informaram que logo que conhecem do julgamento do recurso repetitivo, é solicitado à secretaria da unidade que promova a conclusão dos processos que se encontram suspensos.

Observações da Corregedoria:

Não restou demonstrada a metodologia da unidade judicial para acompanhamento dos precedentes, pelo que foi orientado que busque informações no ícone de Nugepnac (site TJPA), bem como que realizem o cadastro de pelo menos um servidor da equipe do gabinete no grupo de whatsapp do Nugepnac deste TJPA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

para acompanhamento das informações quanto ao julgamento de precedentes.

Também foi mencionada a **importância de manter todos os processos suspensos por precedentes com etiquetas correspondentes ao tema**, bem como **que sejam feitos os movimentos corretos (constantes da tabela de movimentos do CNJ), quando da prolação de decisão de suspensão**, tudo para obter ferramenta de controle dos processos que estejam suspensos aguardando julgamento de precedentes pelos Tribunais Superiores, através de utilização de filtros no Painel de Gestão Judiciária.

6.3. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?

Informaram que semanalmente é feita a consulta pelo gabinete nos Tribunais Superiores acerca da informação de julgamento dos temas.

6.4. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de interação e semiliberdade (infância e juventude), bem como audiências concentradas pelo acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses (infância e juventude)? *(Diretriz estratégica 9 da Corregedoria Nacional 2023)*

NÃO SE APLICA EM RAZÃO DA COMPETÊNCIA

6.5. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento?

NÃO SE APLICA EM RAZÃO DA COMPETÊNCIA

6.6. A unidade possui pendências de atualização no SNA ainda não corrigidas, considerando como parâmetro o último relatório trimestral da CEIJ?

NÃO SE APLICA EM RAZÃO DA COMPETÊNCIA

6.6. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? – *(Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).*

NÃO SE APLICA EM RAZÃO DA COMPETÊNCIA

6.8. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ?

NÃO SE APLICA EM RAZÃO DA COMPETÊNCIA

6.9. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(a) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do



Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

NÃO SE APLICA EM RAZÃO DA COMPETÊNCIA

6.10. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

NÃO SE APLICA EM RAZÃO DA COMPETÊNCIA

6.11. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Diante do Provimento nº 001/2023-CGJ a unidade foi orientada quanto a necessidade de fiscalização do regime de plantão nos cartórios de registro de pessoas naturais.

Observações da Corregedoria:

Uma vez publicado o **Provimento nº 001/2023-CGJ**, que estabelece as regras de atribuição administrativa de cada uma das unidades judiciais que possuem competência para registros públicos em Belém, **os magistrados titulares das respectivas unidades devem organizar calendário anual de correições nas serventias extrajudiciais que lhe competem a fiscalização administrativa, com envio prévio dos respectivos editais para ciência da Corregedoria Geral de Justiça, e ao final, também submeter o relatório final com orientações, recomendações e determinações a respectiva serventia via sistema PjeCor, sem prejuízo deste censório realizar inspeções ou correições nas mesmas serventias.**

Portanto, nos limites de suas competências administrativas tem que estabelecer cronograma para realização de fiscalização de serventias extrajudiciais, incluídos aí o funcionamento em regime de plantão nos fins de semana e feriados, com relação àqueles que tem competência para registro de pessoas naturais.

6.12. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Sim. 2º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais

Há necessidade de que sejam verificados se todos os postos avançados maternidades e casas de saúde de Belém – relativos às serventias de competência administrativa da 6ª VCE de Belém - estão registrados no sistema Justiça Aberta.

6.13. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro tardio” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se paralisados há mais de 100 (cem) dias? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Existem **49 processos com assunto 7732 “Registro Tardio”**, sendo verificado que deve haver melhor utilização dos assuntos pela unidade, havendo necessidade de constante vigilância com relação aos assuntos apontados no sistema nas demandas envolvendo registros públicos, inclusive com correlação com as classes.

ANEXO III – LISTA DE PROCESSOS REGISTRO TARDIO

6.14. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

A unidade informou a existência de postos de atendimentos na Santa Casa, Hospital de Clínicas e maternidade do povo (os quais não constam do sistema Justiça Aberta do CNJ) visando combater o sub registro e aumentar o percentual de registros civis dos recém-nascidos. Necessárias as providências apontadas no item 6.12 para constar do sistema do CNJ.

Desde já fica orientada a equipe que, caso identificadas localidades com concentração potencial de sub registro civil, faz-se necessário desenvolver ações específicas para o combate.

7. ROTINA DE TRABALHO DO GABINETE:

7.1. Quais as modalidades de atendimento ao público no gabinete?

Presencial, telefone e virtual.

7.2. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

Na tarefa “**Migrados do sistema LIBRA**” no perfil do gabinete **ainda constam 05 (cinco) processos pendentes de integralização da verificação de regularidade**, acerca dos quais deve ser feita a devida análise e verificação de partes, classificação, assunto, habilitação de advogados, indexação de documentos digitalizados, com consequente expedição de certidão de migração e ciência às partes.

7.3. Quais as etiquetas adotadas exclusivamente para o gabinete? identificar

SISBAJUD, RENAJUD, INFOJUD, EMBARGOS DECLARAÇÃO, CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, ALVARÁ, URGENTE, PRIORIDADE, USUCAPIÇÃO, REGISTRO

7.4. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJEJOR n. 0002009-73.2.00.0814)

Por amostragem, dentre os processos suspensos constantes da lista do Painel de Gestão Judiciária, a Corregedoria Geral de Justiça verificou os seguintes



processos no sistema Pje:

- **PROCEDIMENTO COMUM 0001211-65.2009.814.0301**

Tema 264 STF – RE 626.307, de 15.06.2019y, Ministra indeferiu a suspensão nacional dos feitos que envolvem planos econômicos.

O requerido foi intimado para se manifestar quanto ao prosseguimento da demanda (id 70227877).

Em 05.03.2020 foi determinada a intimação da parte ré, que apresentou manifestação id 70227880.

Em maio de 2022 houve pronunciamento judicial dando sequência aos trâmites da demanda **sem se pronunciar sobre a suspensão do feito que continua mantido em suspensão, sendo necessária a avaliação sobre a suspensão da demanda em referência.**

- **PROCEDIMENTO COMUM Nº 0009943-19.1996. 814.0301**

Na decisão id 67824970 restou apontado que se trata de ação de execução de quantia certa (mas no sistema continua classificado como procedimento comum cível). Nesta mesma decisão houve suscitação de conflito negativo de competência.

Na sequência existe um ofício encaminhando cópia do conflito de competência suscitado nos autos à Presidência do TJPA. **Esta movimentação está seguida da certidão de digitalização, sem informações acerca do conflito.**

Não identificada a decisão que determinou a suspensão, nem mesmo retirada de suspensão.

Necessária imediata regularização dos autos com informações sobre o envio do Conflito de Competência ao Tribunal e retorno do julgamento ao juízo de piso, bem como avaliação sobre a situação de suspensão da demanda em referência.

- **BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA Nº 001146672.2015.8140301.**

Ainda não houve nenhuma movimentação nos autos após a migração em 17.06.2022

Na página 13 do id 70630415 há decisão convertendo a busca e apreensão em ação de execução, mas é possível perceber que não houve alteração de classe no sistema.

Não identificada decisão que determinou a suspensão.

Há informação nos autos de que o bem a ser recuperado foi roubado (id 70630414 e outros).

Necessária a avaliação sobre a suspensão da demanda em referência.

7.5. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)



A unidade informou não possuir bens apreendidos.

7.6. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

Restou verificado que não havia rotina por parte da equipe do gabinete da unidade quanto a verificação dos agrupadores, sendo orientado a equipe, por ocasião da inspeção, como a verificação de tais ferramentas podem facilitar o gerenciamento da demanda de gabinete, adiantando a análise de petições com pedidos simples, pedido de homologação de acordo, pedidos de desistência e, com a efetiva marcação de leitura no sistema das petições já analisadas e conseguinte retirada de destaque na lista dos agrupadores é possível verificar o quantitativo de petições em aberto para análise.

7.7. Antes de proferir ato judicial, havendo indicação de peticionamento nos agrupadores, o gabinete adota rotina de clicar como lidos, contribuindo assim para melhor atualização do Processo Eletrônico?

Não. Importante ver orientação contida no item 7.6.

7.8. Qual o quantitativo de despachos, decisões e sentenças que foram estabelecidas para os 3 meses seguintes a inspeção pela Corregedoria?

A unidade não soube informar a previsibilidade do quantitativo de atos judiciais para os três meses seguintes (90 dias) após a realização da inspeção, o que é reflexo da ausência de utilização de quantitativos de produtividade nas ações previstas em seu Plano, e até mesmo necessidade de melhor verificação e estabelecimento de metas individuais quantificadas por tipo de ato a cada um dos componentes da equipe.

7.9. Por amostragem, com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida, e se, no processo em que houve audiência não presencial constava pleito das partes ou do Ministério Público.

06 (seis) audiências, todas presenciais.

Não identificado pela unidade amostragem para verificação das referências.

7.10. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

11 (onze)

7.11. A pauta de audiência é inserida no PJE pelo gabinete?

Não

7.12. Para qual data está pautada a audiência mais distante?

Agosto/2023

7.13. Quando identificada possibilidade de conciliação entra as partes é designada audiência de conciliação?

SIM. Foi orientado que o servidor da unidade designado como responsável pela conciliação, fizesse o respectivo curso para dar continuidade no trabalho, assim como



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

mantivesse contato com Cejusc e Nupemec, tudo para incremento da conciliação no âmbito da 6ª VCE Belém.

7.14. É solicitada designação de conciliador ou indicado CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?

NÃO

7.15. Na hipótese de MANDADO URGENTE está sendo observado Provimento conjunto nº 009/2019 – CJRMB/CJCI, que estabelece a necessidade de ordem judicial expressa para envio de mandado nessa modalidade à Central de Mandados?

SIM.

7.16. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

189 (cento e oitenta e nove) baixados, de acordo com o Painel do PIB



8. CORREIÇÃO ANUAL:

8.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial:

Fevereiro 2023 – Correição Ordinária nº 0000758-83.2023.2.00.0814 (PjeCor)

8.2. Existem registros de recomendações pela Corregedoria em decisão correicional referente a última correição ordinária anual realizada pela unidade judicial? Identificar as não cumpridas

A análise da correição referente ao ano de 2022 identificada no item 15.1 será realizada em conjunto com os dados constantes no presente relatório de inspeção presencial, em decisão correicional única.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

A unidade judicial não apresentou à CGJ a correção referente ao ano de 2021, que deveria ter sido entregue até 15 de fevereiro de 2022, via sistema PjeCor.

Vale mencionar que nos autos do **Pedido de Providências nº 0003480-27.2022.2.00.0814** está sendo feito o acompanhamento da unidade com relação a **inspeção realizada pela Corregedoria Nacional em abril de 2022**, cujas determinações ainda estão **pendentes de cumprimento**, quais sejam:

(i) priorizar o andamento/julgamento dos processos paralisados há mais de 100 dias, especialmente aqueles que possuam prioridade legal, devendo-se encaminhar à Corregedoria Nacional extrato atualizado da quantidade de feitos nesta condição (conclusos e em secretaria); e

(ii) regularizar a tramitação de todos os processos analisados por amostragem indicados no 5.6.3.

Belém, data conforme assinatura eletrônica.

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596



Assinado de forma digital por SILVIA
MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Dados: 2023.07.12 17:32:55 -03'00'

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA
Juíza Auxiliar da Corregedoria

Lorena Ramos do Vale
Analista Judiciário – lotada na CGJ